



Escola Superior de Educação de Lisboa
18 e 19 de Novembro de 2011

Ilda Freire-Ribeiro

ilda@ipb.pt

Escola Superior de Educação, Instituto Politécnico de Bragança

Resumo

O descobrimento da infância, dos seus direitos, das suas reais necessidades é um assunto que continua a apaixonar inúmeros investigadores que se preocupam com o lugar da criança no seio da sociedade. Uma incursão ao interior da história revela-nos diferentes e por vezes até invulgares olhares que marcaram o posicionamento dos adultos para com os seus menores, congruentemente com a especificidade que é atribuída à infância em épocas particulares.

A representação contemporânea da infância é consequência das modificações e transformações que se produziram ao longo do tempo acompanhando todas as evoluções e ideologias. Com a democratização das sociedades foi reposicionado o lugar do homem na sociedade bem como o da criança. É certo que este foi um longo processo, cheio de obstáculos e entraves, mas pensamos que foi possível. O percurso passa por diversas etapas, desde a criança submissa até à *criança-cidadã*.

O lugar que a criança ocupava na sociedade, na família e a sua relação com os adultos apresentava-se de variadas formas, algumas delas bem contraditórias. Concomitantemente, a educação que era seleccionada para a criança, divergia em função do género. Tradicionalmente era através da participação na vida comum e de imitação dos adultos, que a criança aprendia os costumes, os comportamentos, os direitos e as proibições que a faziam adaptar-se ao meio familiar e social. Tradicionalmente, as relações existentes entre adultos e crianças estavam imbuídas pelo carácter patriarcal da família, estando os interesses da criança relegados para segundo plano. Tradicionalmente, a cidadania era delegada ao homem da casa, adulto e livre, sendo excluídos as mulheres, os escravos e as crianças. Segundo Sarmiento, Soares e Tomás (s.d) as crianças eram excluídas do ato de exercer a sua cidadania essencialmente pela sua idade e pelas características bio-psicológicas que lhe eram inerentes, como a sua imaturidade, vulnerabilidade e outras consideradas essenciais à participação democrática e ativa na sociedade. Tradicionalmente o ser criança ficou na escuridão, sem fala, sem direitos e sem atenção.

A cidadania da criança, ainda é um assunto que levanta controvérsias e suscita debates. Partindo do enunciado que “toda a criança nasce cidadã mas [que] a cidadania constrói-se mediante a acção” (Le Gal, 2006:72) pretendemos comprovar que as crianças são actores sociais, titulares de direitos, e como tal, são cidadãs em pleno, que, em função da sua idade e maturidade podem e devem ser chamadas a participar.

Ao escolher o melhor caminho para concretizarmos este trabalho, recorreremos, em termos metodológicos, à hermenêutica, interpretando textos, consultando bibliografia e revendo literatura básica, sem esquecer as leituras de normativos e textos legais.

A promoção da *criança-cidadã* conhece, na sociedade contemporânea, um delicado equilíbrio e conquistou, ao fim de vários séculos, uma certa visibilidade social, educativa e política. Todavia, ainda há um longo e desconcertante trilho a cursar no sentido deste discurso eclético e ético se transformar em práticas *societais* que consigam dar consistência aos desígnios dos quadros normativos legais, fazendo com que os seus propósitos se cumpram realmente.

Palavras-chave: cidadania, participação, infância